

AGROECOLOGIA, HISTÓRIA ORAL E COLONIALIDADE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

LAIS SCHILLIM DA SILVA¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – lais41499@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para movimentos que estavam construindo uma agricultura sustentável, nasceu a agroecologia (como ciência), visando de propor alternativas viáveis a outras formas de relação com a natureza (ASSIS; ROMEIRO, 2002). Com a perspectiva de resgatar práticas que foram utilizadas antes da introdução dos químicos, e valendo-se de ciência e tecnologia, a agroecologia pretende construir agroecossistemas produtivos, que sejam capazes de reconstituir ecossistemas naturais danificados pela agricultura convencional.

O processo de transição agroecológica é algo contínuo e gradual, baseado nos conhecimentos que são adquiridos durante o manejo da propriedade. É, sobretudo, na comunicação entre estudos científicos e saberes dos produtores que repousa as possibilidades da agroecologia. Logo, este campo não se caracteriza como uma teoria acabada, que tem sua fórmula metodológica consolidada, ele é constantemente expandido através da validação das técnicas e conhecimentos que vão sendo adquiridos pelos agricultores. Portanto, sua abrangência se coloca no incentivo a expansão das experiências, dos saberes acumulados, da participação e aprendizado coletivo, buscando proporcionar transformações sociais que alcancem padrões sustentáveis de consumo e produção (CAPORAL, 2006). O fazer agroecológico implica em igualdade e diálogo.

A história oral utilizada na elaboração de pesquisas históricas, permite que alguns paralelos e apontamentos sejam traçados, pois esta corrobora com pontos fundamentais para a agroecologia (MEIHY, 2006). A oralidade proporciona aos historiadores “producir conocimientos y resultados de investigación significativos no sólo para el investigador y la comunidad académica, sino también para los intereses del grupo estudiado”¹ (CUSICANQUI, 2008, p.163). Assim se estabelecendo nas entrevistas o espaço que constitui escuta atenta e respeitosa, pois “não há diálogo quando não há igualdade. Assim, para ter diálogo, precisamos continuar a lutar por igualdade” (PORTELLI, 2000, p. 70).

Neste trabalho serão apresentadas algumas considerações sobre a dialética entre agricultura e processos coloniais. Pontuando as influências do segundo, na formação de conhecimentos e estudos que ditam as normas da agricultura moderna de grande escala. Estas reflexões perpassam o trabalho desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, intitulado; *Uma nova forma de ver e se relacionar com o mundo: narrativas de produtores e produtoras agroecológicos na cidade de Pelotas, RS*. Neste, a história oral é elencada como campo frutífero na elaboração de pesquisas que enfoquem experiências locais, populares e contra hegemônicas, valendo-se da narrativa de agricultores agroecológicos.

¹ “Produzir conhecimento e resultados de pesquisa significativos não só para o pesquisador e para a comunidade acadêmica, mas também para os interesses do grupo estudado.” Tradução livre da autora.

2. METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa se desenrola a partir da coleta de relatos de vida de pequenos produtores que aderem à forma agroecológica de cultivo em suas propriedades na cidade de Pelotas. Para isso, foi elaborado um roteiro contendo quarenta e quatro questões, com a finalidade de orientar as entrevistas com os produtores. Além do relato de agricultores, o trabalho contará com entrevistas voltadas a compreender as ações da cidade no fomento ao consumo e produção sustentável, contando com a participação de profissionais que estão imersos na construção e fomento de políticas e ações voltadas para a agricultura orgânica e ecológica. Bem como utilizará documentos oficiais que corroborem com o assunto exposto nas discussões relacionadas à agricultura, agroecologia, segurança alimentar e agronegócio.

A pesquisa, ao utilizar a metodologia de História Oral, realiza uma troca de saberes necessária na contribuição para o estudo de questões relacionadas ao campo. Quando o historiador pesquisa o pequeno produtor realiza um importante diferencial nos estudos sobre agricultura, já que enfoca na narrativa dos produtores sobre como estes constroem a sua experiência.

A fim de discutir e inserir a agroecologia dentro de estudos descoloniais, alguns conceitos serão elencados como fundamentais, são eles: *Epistemicídio* (SANTOS, 1998) a supressão de outras possibilidades epistemológicas; *Necropolítica* (MBEMBE, 2016) e, por fim, o conceito de *Colonialidade* (QUIJANO, 2015) que propõe alternativa a partir da conceituação do que permanece do sistema colonial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizar uma crítica epistemológica exige que se atente a algumas questões; fontes de estudo, quem o publica e em quais teorias se fundamentam. Em outras palavras o que perpassa a análise das pesquisas é também o contexto daquele que produz o conhecimento, não há epistemologias neutras, que se retiram do seu espaço de concepção e reprodução, todas se relacionam diretamente com o contexto social (JAPIASSU, 1975). No processo de legitimação desta produção, ocorre uma supressão de outras epistemologias possíveis, justamente por ser inerente a dispersão da nova episteme, dentro da sociedade ocidental.

O conceito de epistemicídio surge desta dualidade da criação e consolidação de conhecimentos, esta noção foi explicitada por Santos (1998):

El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación² (Santos 1998, p. 208).

O sociólogo peruano, Aníbal Quijano e o filósofo argentino Walter Mignolo analisam esta permanência e pontuam suas teorias no entendimento descolonial, buscando aprofundar a análise desta herança cultural dentro das relações de poder latino americanas. “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e

² “O epistemicídio é o processo político-cultural pelo qual o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação.” Tradução livre da autora.

do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos tem sido uma dimensão constituinte, embora minimizada” (MIGNOLO 2017, p. 2). Quijano (1991) pontua que a constituição da modernidade se dá através do advento histórico da colonização. Esta se desenrolou através de uma narrativa que domina o espaço (através da extração de riquezas e da hostilidade) e a temporalidade (o tempo se apresenta pautado em narrativas históricas europeias). O domínio do espaço expandiu fronteiras, proporcionou revoluções e incrementos nas pesquisas científicas, por consequência obteve-se domínio sobre a natureza, tanto para a colônia quanto na metrópole. O controle do tempo posicionou a Europa como central, visto que as concepções de Idade Média e Antiga norteiam a história, colocando seus feitos como necessários ao alcance da modernidade.

Quijano (2009) apresenta uma perspectiva de que o eurocentrismo se consolidou pelo domínio do capitalismo moderno, mas também através dos pesquisadores que estão submersos nesta hegemonia. Já a reprodução desta hegemonia se dá por meio da naturalização da experiência ocidental como experiência geral, tornando-a inquestionável. O processo de predomínio de um pensamento se impulsiona através da globalização, imigrantes internalizam modos de pensar ocidentalizados, mesmo que permaneçam em seus territórios. Alimentos, estéticas e formas de produção, também se adequam a ideologia dominante. As correntes filosóficas, científicas e os paradigmas se solidificam na dominação geopolítica imposta por este processo. A modernidade neoliberal é projetada na forma mais acabada de dominação simbólica, adequando as reproduções das consequências de fenômenos sociais do projeto de modernidade.

No conceito de ecologia dos saberes (SANTOS, 2010), o autor apresenta alternativas e respostas, para a marginalização de outros saberes e poderes, através de um diálogo horizontal dentro da historicidade de cada localidade. Orientando as epistemologias de acordo com a história e memória em nível micro e não hegemônico.

O presente trabalho levando em consideração os processos de resistência desempenhados pelos produtores agroecológicos, pauta a participação dos produtores como fundamentais na construção dos estudos no campo das ciências humanas. Isto porque a agroecologia é um campo de normas e conhecimento científico que subsidia e orienta as formas sustentáveis de cultivo (ALTIERI, 2000) e desta forma se nutre da multidisciplinariedade, mas principalmente tem suas bases ancoradas no conhecimento popular (CAPORAL, *et al.*, 2006). A partir da utilização dos relatos orais de agricultores agroecologistas, cria-se espaço para questionamentos acerca dos modelos convencionais efetuando uma mudança epistemológica pautada em conhecimentos que aqui já estavam antes das monoculturas.

4. CONCLUSÕES

Pensar a agroecologia pela perspectiva dos estudos descoloniais é fundamental, pois esta se orienta através da experimentação e prática em cada localidade. Instaura uma nova relação humano-ambiente, e respeita os limites ecológicos de cada cultura, guiando a produção de acordo com as capacidades de cada bioma. Pois reconhece que a distribuição do fazer científico, dentro do atual sistema, se orienta através de hipóteses e resultados coloniais. Por fim, além do exercício da crítica epistemológica, pesquisas históricas pautadas na oralidade e

experiência social de cada grupo, transformam o fazer histórico, tornando-o mais democrático.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia: teoria y práctica para uma agricultura sustentable. **PNUMA**: México. 2000.

ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. (Eds.). **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía – Universidad de la República Oriental del Uruguay, 2006. p. 45-64.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Teoría crítica dos Direitos Humanos no século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 154-175, 2008.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **La Globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: IISA; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Toward a new common sense**: law, science and politics in the paradigmatic transition. 1995.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**. 2016. no. 32, p. 123-151.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, n. 155, dezembro, 2006, p. 191-203. São Paulo, Brasil.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, no. 94, p. 1-18, 2017.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, p. 67-71, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: LANDER, Edgardo (Comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: **CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2000, p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Em: B. S. Santos & M. P. Meneses (orgs.), **Epistemologias do sul**. Coimbra, Almedina p.73-117, 2009.